

A PERSISTÊNCIA DA IDEOLOGIA AUTORITÁRIA

Valdemar Gomes de Sousa Júnior*

SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó, Argos, 2004, 300 p.

Em fins de 2004, foi lançado no mercado editorial brasileiro, com uma pequena tiragem (mil cópias, apenas), *Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, de Ricardo Silva, que, quase um ano depois de ter saído do prelo é pouco conhecido. Uma das razões disso talvez seja o fato de a editora estar fora do eixo Rio-São Paulo, pois foi editada pela Editora Argos, de Chapecó, Santa Catarina. Sendo assim, esperamos que a resenha possa contribuir para tornar mais conhecidos, editora, publicação e autor.

O livro vai ao encontro da ausência de estudos sobre a ideologia autoritária no Brasil que ultrapassem o período do Estado Novo, lacuna que o autor pretende preencher, sem, no entanto, esgotar. Um dos méritos de seu trabalho é justamente este: ser um estudo pioneiro sobre a ideologia autoritária pós-1945. Conforme ele, seu modelo de análise se coloca como alternativo em relação aos até então adotados pela historiografia, pois parte de uma compreensão dos componentes temáticos que organizam a estrutura argumentativa do sistema ideológico sob exame. Serão as suas influências mais visíveis Debrun e Lamounier, dos quais busca ultrapassar os limites relativos às suas interpretações sobre o núcleo do sistema ideológico do Estado autoritário e sua estrutura argumentativa.

O conceito de ideologia, que explicita como sendo o conjunto de idéias, representações e símbolos que são mobilizados para legitimar uma estrutura de dominação já existente ou o estabelecimento de uma nova estrutura de dominação, conforme discutido no primeiro capítulo, é utilizado como fundamento de sua percepção de que alguns autores, em suas análises sobre a ideologia autoritária, acabam por legitimar a constituição de um Estado fortemente centralizado. Com essa finalidade analisa tanto os ideólogos da geração de 20 e 30 (Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral), quanto Eugenio Gudin e Roberto Campos.

Proj. História, São Paulo, (31), p. 427-431, dez. 2005

427

Para o autor o “silêncio” existente sobre a ideologia autoritária depois de 1945 indica um reconhecimento tácito do esgotamento da ideologia autoritária com o fim do Estado Novo, por isso a falta de interesse dos intelectuais em estudá-la para além desse período.

Não compactuando com este pensamento, ele “quebra o silêncio” e afirma que o “sistema ideológico subjacente às principais idéias políticas dos economistas Eugenio Gudín e Roberto Campos” é uma eficaz atualização do pensamento político da geração de 20 e 30 que contribuiu para a legitimação do Estado Novo.

Assim, por meio dessa obra, ele vai estabelecer relações entre as duas gerações de autores e demonstrar que as modificações mais profundas e significativas ocorreram no “léxico e na sintaxe da estrutura argumentativa do discurso ideológico, sem que se alterasse sua natureza funcional, associada à sua eficácia para legitimação de determinada estrutura de dominação estatal” (p. 24).

Observa Ricardo Silva que a estrutura argumentativa da ideologia do Estado autoritário, presente em ambos os grupos de autores, atua para dotar de sentido e legitimidade uma ordem política que não só estabelece a preeminência do Estado sobre a sociedade civil, mas também a reconhece no interior do Estado pela supremacia do poder executivo sobre os demais e também no seio do poder executivo, com a preeminência das elites técnicas sobre as elites políticas.

As primeiras interpretações analisadas por Silva sobre o pensamento autoritário brasileiro são aquelas que identificam as bases sociais das formulações dos autores da década de 20, com uma determinada classe ou fração de classe. Este é o caso de Eduardo Gomes, que concebe Torres e Vianna como ideólogos dos pequenos produtores rurais. Por sua vez, Werneck Sodré identifica o pensamento de Vianna como expressão dos interesses do grande latifúndio. Por outro lado, há autores que encontram neles traços de um projeto político modernizante e catalisador do processo de industrialização, como é o caso de Eli Diniz e Rogério Mendes. Outros ainda, como Carlos Cruz, imputam à “ideologia autoritária o caráter de racionalização dos interesses, não de uma única classe ou fração de classe, mas do conjunto das classes dominantes” (p. 83).

O grande equívoco das interpretações desses autores, segundo Silva, foi não terem percebido, nesses ideólogos, a centralidade do papel do Estado para a formação e a organização da nação. Para ele, quando Oliveira, Campos, Amaral e Torres fazem apelo para a manutenção da ordem e propõem a desmobilização política dos setores populares, eles não estavam defendendo os interesses das classes dominantes, mas falavam do ponto de vista do Estado que devia dirigir a sociedade.

Outra interpretação importante analisada por Silva é a do “autoritarismo desmobilizador”, de Michel Debrun, para o qual, no pensamento autoritário, observa-se um certo amorfismo na sociedade brasileira, vista como irracional, desorganizada, sem direção e de um individualismo exacerbado, o que justificaria a preeminência do Estado sobre a sociedade. De acordo com Ricardo Silva, Debrun toca no núcleo do sistema ideológico ao identificar que, para esse pensamento autoritário, o Estado é o agente da desmobilização, mas não identifica um outro de seus componentes: a defesa do Estado como ente que dará sentido e organização a essa massa amorfa.

Silva polemiza também com Wanderley Guilherme dos Santos sobre as constatações deste autor de que o pensamento autoritário brasileiro acerta ao reconhecer o caráter instrumental e provisório do autoritarismo, pois se constituiria no meio realista para a criação de uma sociedade liberal e corrigiria os problemas institucionais que impedem o seu desenvolvimento e consolidaria a democracia. Considerada por Silva como a mais influente, essa interpretação pode ser encontrada em uma série de autores de diferentes orientações teóricas, mas sua formulação original deve-se ao trabalho de Wanderley. Não concordando com essa corrente interpretativa, Silva reconhece que o Estado autoritário visa promover uma economia de livre mercado, mas não instituir uma democracia.

Por último analisa Bolívar Lamounier que, segundo ele, encara os autores autoritários como sistematizadores da ideologia do Estado autoritário que tiveram como objetivo interferir nos acontecimentos. Ricardo Silva observa que a principal contribuição de Lamounier foi identificar nessa ideologia um programa político cujo objetivo é o fortalecimento do Estado. No entanto, assevera que, ao dar o mesmo grau de importância a todos os componentes dessa ideologia, sem hierarquizá-la, Lamounier se equivoca em não dar prioridade aos elementos mais centrais da estrutura argumentativa da ideologia autoritária, como a visão estatista, o objetivismo tecnocrático e o caráter desmobilizador.

A partir daí, Silva apresenta sua própria formulação da estrutura argumentativa que revela a ideologia autoritária, a saber: o *catastrofismo*, que parte da identificação de que a sociedade brasileira vive em crise, sinônimo de desordem social e política, resultado da falta de organização e direção. Para os ideólogos da primeira geração, tal crise, nos anos 30, era resultado do liberalismo de nossas elites políticas e intelectuais, que se expressavam nas idéias e instituições da Primeira República e que não guardavam qualquer relação com a realidade social do país. Já nos anos 60, para Eugênio Gudín e Roberto Campos, a crise era decorrente do populismo praticado pelos políticos, que impedia a adoção de políticas racionais fazendo valer uma política econômica que combinasse desenvolvimento econômico com estabilidade. Para ambas as gerações, segundo Silva, somente um Estado autori-

tário seria capaz de retirar o país dessa condição catastrófica, assumindo uma ação restauradora de uma condição ideal, por isso o *repúdio ao liberalismo e ao populismo, marcos institucionais inadequados à nossa realidade*.

Para detectar os problemas de nossa realidade social e buscar soluções, de acordo com Silva, os ideólogos fazem *apelo ao cientificismo*. Para ele, nos anos 30, a sociologia daria o suporte teórico para identificar os obstáculos à realização de um Brasil-nação e, nos anos 60, a economia defenderá o crescimento econômico com estabilidade. A sociologia e a economia forneceriam, em cada época, os instrumentais analíticos para que os governantes orientassem suas ações, legitimando assim as políticas estatais justificadas/razionalizadas como uma necessidade inelutável e não como mero arbítrio. A ciência, desse modo, faria o diagnóstico da realidade nacional e por isso referendaria as ações de quem governa, pois aplicaria os remédios certos para os males sociais. Assim, o cientista estaria acima do político, pois o primeiro dispõe de qualificação técnica que o segundo não possui. Faz-se com isso a *defesa da tecnocracia*, outro elemento da estrutura argumentativa. É o casamento perfeito da produção teórica com a ação política. A superação dos problemas se daria pela obediência às leis da ciência social e econômica.

O *elitismo e o apoliticismo da plebe* completam a estrutura argumentativa defensora do Estado autoritário, entidade necessária para organizar os elementos dispersos da nação e garantir o desenvolvimento econômico com estabilidade, defendidos, respectivamente, pela primeira e segunda gerações de intelectuais autoritários. Por essa interpretação, as classes populares, consideradas incultas pelos ideólogos, estão despreparadas para a ação política, devendo os assuntos políticos pertencer ao universo das elites. Com isso, os autores autoritários explicariam a própria impossibilidade de uma democracia no Brasil (sua inadequação com nossa realidade), atribuída ao baixo grau de educação de nosso povo, presa fácil da demagogia e da corrupção, conduzindo ao poder políticos despreparados, que instalam a desordem e o caos. Para Silva, com esse pensamento, nega-se um papel histórico relevante às classes populares, consideradas também uma ameaça à ordem.

O autor conclui que esses elementos temáticos, constitutivos da ideologia autoritária,

(...) confluem para formar uma concepção de Estado considerada a única compatível com a realidade social brasileira. Para que a crise fosse superada, para que a nação pudesse ser organizada e para que o povo [incapaz politicamente] fosse educado, seria necessária a instituição de uma forma de Estado que atribuísse ampla liberdade de movimentos aos governantes (...) O executivo é considerado o poder estatal responsável pela ação do Estado sobre a sociedade. É por meio do executivo que o Estado age para criar uma sociedade de características homogêneas, disciplinada e de povo obediente, capaz de dar suporte a uma nação organizada. (p. 185)

Consideramos que o mérito da obra de Ricardo Silva é o de completar a lacuna sobre o estudo da ideologia autoritária, o que não só contribui para a compreensão do período que se propõe estudar, mas também evidencia o quanto o pensamento autoritário acompanha a longa trajetória histórica da República Brasileira, que, com eficácia, se atualiza, renova e persiste no modelo de organização institucional do Brasil, seja ele de FHC/Malan ou Lula/Palocci, com apoio das elites nacionais. Só por isso, *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil* constitui-se em uma leitura obrigatória e indispensável para aqueles que pretendem entender o Brasil atual.

É correta sua observação, de que a argumentação dos autores estudados acaba por justificar a necessidade de um Estado forte, centralizador e autoritário. No entanto, ao não aprofundar a análise do caráter de classe do Estado, acaba por deixar entrever que este atenderia às demandas de todos os grupos sociais.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Nota

* Mestrando no Programa de Estudos Pós-graduado em História da PUC-SP, bolsista Fundação Ford.